

Agendamento midiático: a eleição do conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná em quatro telejornais curitibanos¹

Paula M. W. Andreola²
Renata Caleffi³
Marcos Mariano⁴
Rosangela Stringari⁵

Resumo

O artigo faz parte de uma pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Imagem da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que realizou a cobertura noticiosa dos telejornais do Paraná. Durante os meses iniciais de 2013, realizou-se levantamento da eleição do presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná por meio da análise da saliência e da análise de conteúdos. A hipótese é de que a mídia paranaense tem capacidade de agendar alguns temas para a população e que a temática teve forte relevância na apresentação da eleição do conselheiro do TC.

Palavras-chave

Agendamento; Tribunal de Contas do Paraná; Saliência; Telejornalismo

Introdução

A cobertura noticiosa dos telejornais paranaenses tem diversos aspectos positivos e negativos que ainda são pouco estudados. Desenvolvido por integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da Imagem da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o presente artigo faz parte de uma pesquisa realizada com o objetivo de observar as principais características da cobertura midiática de quatro noticiários curitibanos.

Durante os meses iniciais de 2013, os telejornais pautaram um caso que, posteriormente, teve grande destaque no público: a eleição do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), realizada em julho do corrente ano.

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Comunicação Estratégica e Negócios pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas (PUC-PR).

³ Mestranda em Comunicação pela UFPR. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro).

⁴ Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pelas Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil).

⁵ Mestre em *MPhil Communication Studies (University Of Malta)*. Professora do curso de Jornalismo da UFPR.

Para analisar se as coberturas das notícias tiveram alguma influência nos acontecimentos posteriores, utilizou-se a teoria do *Agenda-setting*, no que trata da troca de saliências entre a agenda pública e a agenda midiática e se a cobertura desses temas teve maior espaço dentro dos telejornais. Além disso, foi observado também o silenciamento de emissoras sobre alguns dos temas, identificando isto como uma possível troca de interesses políticos entre a mídia e a política.

A pesquisa foi realizada com dados quantitativos, mediante o método da análise de conteúdos, relacionando e comparando quando as notícias foram divulgadas e as ações populares acerca dos temas em questão.

Desenvolvimento

Acreditar que a imprensa por si só é todo-poderosa, capaz de ser responsável por grandes mudanças na sociedade pode ser um equívoco. Marcondes Filho (1988, p. 85) comenta que essa interpretação é incorreta, primeiro por acreditar que os receptores não são tão passivos como se pensa, sendo que, para ele, a massa avalia, julga e age politicamente, mesmo que seja para eleger um mau governante. Segundo, que “um poderoso jornal, uma emissora de TV, uma grande editora, geralmente não estão sozinhos em suas lutas políticas e ideológicas”. Para ele, a imprensa está unida a outras grandes forças sociais e seu poder não funciona sozinho, porém, afirma que de uma forma indireta, mas efetiva, a TV faz política.

Muitos autores consideram que o controle dos meios de comunicação é a mais importante fonte de poder da sociedade moderna. Segundo Kunczik (1997, p. 89), “os meios de comunicação de massa são considerados a base de um poder de persuasão capaz de difundir uma interpretação da realidade com uma qualidade diferenciada própria”.

Diferentemente dos veículos impressos, o rádio e a TV têm a capacidade de serem imediatos, podendo noticiar os fatos no mesmo tempo em que ocorrem eliminando o intervalo entre acontecimento e divulgação pela mídia. No entanto, segundo Rezende (2000), perdem esse privilégio ao passo que os jornais e revistas podem se aprimorar, aprofundar a divulgação e análise do fato. Enquanto os veículos eletrônicos informam com o imediatismo, os impressos dispõem de tempo e espaço para aprofundamento do acontecimento.

O telejornalismo acaba cumprindo uma função social e política ao atingir um público pouco habituado à leitura e desinteressado pela notícia, que no horário nobre acaba

por vê-la enquanto espera a novela. Diante desse telespectador passivo, o telejornalismo, segundo o autor, torna-se cada vez mais importante, a ponto de representar a principal forma de democratizar a informação. Apesar disso é preciso levar em consideração que por trás das estações de TV existem corporações que a controlam e que são mais motivadas por interesses econômicos e políticos do que pelas camadas populares da audiência.

Thompson (2008) relata sobre o controle exercido pela mídia nos acontecimentos da vida social da atualidade. Para ele, a mídia se envolve ativamente na construção do mundo social, levando imagens e informações a todos, modelando os próprios acontecimentos. O autor também fala da ligação entre os assuntos políticos na vida atual. Antes, os posicionamentos políticos eram obscuros, não identificáveis pela população. Contudo, hoje esse domínio dos políticos sobre o privado não se mantém, devido à própria audiência que assuntos políticos possuem na própria mídia.

Pela abrangência de público e classes sociais distintas, a linguagem e a programação televisiva se adequam na forma e conteúdo ao perfil de público a que se dirigem, sendo que o formato espetacular é o que prende atenção das pessoas. Segundo Rezende (2000, p. 25), “o espetáculo destina-se à contemplação, combinando, na produção telejornalística, uma forma que privilegia o aproveitamento de imagens atraentes com um conjunto de notícias constituído essencialmente de *fait divers*”, ou seja, fatos diversos. Para Szpacenkopf (2003, p. 175), “o telejornal é um espetáculo que informa, diverte, alerta uma audiência que precisa ser agradada e mantida fiel”.

Aquilo que é passado no telejornal vira um espetáculo aos olhos do telespectador, já que as imagens, após serem editadas, mostram uma realidade mais real daquela que veio o fato em si. E é tudo feito de propósito, com o intuito de chamar e prender a atenção das pessoas. A imagem, neste meio, é o que há de mais importante, o que passa credibilidade, pois o telespectador acredita e se convence mais pelo o que vê. Lopes (1999) comenta que:

Obrigado a ilustrar aquilo que noticia com imagens, o repórter nem sempre consegue os melhores planos do acontecimento, pondo, por vezes, no ar, imagens verossímeis, afastadas da verdade. E aí está a imagem a emprestar à televisão um efeito do real que não passa, paradoxalmente, de uma ficção. Cumpre-se, assim, a ilusão de que ver é compreender. Não vi, logo não existe (LOPES, 1999, p. 76).

Celebrián Herreros, citado por Lopes (1999), num livro dedicado à informação televisiva, afirma que “os telejornais ganharam uma autonomia tal que podem ser considerados os eixos ao redor dos quais gira toda a programação. Aparecem sempre à

mesma hora. E isso está tão absorvido pelos telespectadores que um atraso ou adiantamento na sua difusão provoca surpresa”. Herreros ainda comenta sobre a importância da qualidade de um jornal, destacando o contraste de fontes, imparcialidade das opiniões e diversidade dos conteúdos informativos, para que se consiga atingir os diversos públicos que compõem a sociedade.

Apesar de encarar a televisão como um veículo pobre de transmissão de informação, Dahlgren (*apud* LOPES, 1999) garante que, se existe algum meio capaz de estimular o debate e provocar o comentário, a televisão é indubitavelmente quem cumpre melhor essa função. Le Paige, também citado pela autora, complementa que atualmente é a televisão quem cria aquilo que designa como “gramática de informação”, lembrando que se “há dez anos o sumário de um telejornal se limitava à leitura das primeiras páginas dos jornais, hoje essas primeiras páginas são muitas vezes inspiradas nas imagens que passam na TV”. Frequentemente, aquilo que é noticiado pelas rádios ou pelos jornais só se torna determinante quando ampliado pela tevê.

Porém, o problema é que o telejornalismo “é um gênero de televisão que transmite algo muito diferente do que a priori se propõe. Onde deveria haver informação, há encenação; onde deveria haver crítica, há bagatelização; onde deveria haver utilidade pública, há comércio” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 59).

Para Felisbela (1999), no telejornal também há espaço para momentos puramente explicativos, embora alguns investigadores que estudam a televisão não lhe reconheçam grande capacidade para a exibição dos fatos. Marcondes Filho (1988, p. 54) diz que “ninguém se informa seriamente de nada; só se tem a impressão de ficar informado.” Já Bourdieu (1997, p. 40) defende que a TV apenas tem espaço para os *fast thinkers*, ou seja, para aqueles que “pensam por ideias feitas”, proporcionando uma informação nula.

Além disso, deve-se lembrar de que a recepção das informações depende da bagagem cultural de cada telespectador. “Convém lembrar que a informação não é difundida apenas para ser recebida, mas também para ser interpretada e que, por ser “altamente deteriorável”, a reportagem televisiva exige alguma reflexão” (LOPES, 1999, p. 90).

Agendamento

Dentre os textos que apresentam a evolução dos estudos do *Agenda-setting*, McCombs e Shaw são apontados como fundadores dessa pesquisa, inspirados por Walter

Lippmann, autor de *Public Opinion* (1922). Pena (2007) comenta que o conceito de agendamento já teria sido antecipado por Lippmann na obra citada acima 50 anos antes de surgir a teoria, quando sugeriu uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública.

Lippmann (2008) em seu livro intitula o primeiro capítulo de “*O mundo lá fora e as imagens em nossas cabeças*” tendo como tese o fato da mídia ser a ponte até nossas mentes em termos de informação. “Podemos observar que as notícias sobre ele nos chegam ora rapidamente, ora lentamente; mas o que acreditamos ser uma imagem verdadeira, nós a tratamos como se ela fosse o próprio ambiente” (LIPPMANN, 2008, p. 22). Porém, Maxwell e McCombs (2008) comentam que os anos recentes têm mostrado algo diferente daquilo que Lippmann descreveu em sua tese. Segundo Pena (2007):

(...) o autor mostra que a mídia é a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens desses acontecimentos em nossa mente (...) a imprensa funciona como agente modeladora do conhecimento, usando os estereótipos como forma simplificada e distorcida de entender a realidade (PENA, 2007, p. 142).

No artigo “*Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados*”, Leandro Colling destaca pontos que Lippmann e Bernard Cohen escrevem sobre mídia e imprensa. Para Lippmann, os meios informativos dizem quais são os assuntos mais importantes que estão ao redor do público. Seguindo a mesma ideia, Cohen, em “*The Press and Foreign Policy*”, escreve que a imprensa, apesar de não conseguir dizer às pessoas como elas devem pensar, tem capacidade de dizer aos leitores sobre o que pensar.

Segundo Colling (2001, p. 89), em 1972, McCombs e Shaw publicam artigo provando o que Lippmann e Cohen já haviam escrito. Mediante uma pesquisa realizada em 1968, na Carolina do Norte, em época eleitoral, foram aplicados questionários com eleitores indecisos em votar nos candidatos à presidência dos Estados Unidos. Realizada a pesquisa, ficou constatado que além da mídia influenciar significativamente o eleitor, ela acabou por influenciar os candidatos, que incluíram em suas agendas temas que, inicialmente, não constavam em suas preocupações.

Como explica McCombs (2009, p. 111), o agendamento nada mais é que “uma teoria sobre a transferência da saliência das imagens da mídia sobre o mundo às imagens de nossas cabeças”, ou seja, por meio do agendamento é que o pesquisador descobre (ou não) se há interferência de imagens do que a mídia repassa para as decisões próprias de cada

indivíduo. Sendo assim, quando o agendamento se concretiza, a agenda da mídia acaba se tornando a agenda pública.

A necessidade de orientação é quando as pessoas estão com a notícia e têm necessidade natural de informação. Essa necessidade consiste em dois componentes, a relevância e a certeza. Segundo McCombs (2009), se a pessoa não considera um tópico relevante, não precisa de orientação, logo, ela pode não considerar uma notícia interessante por não ter essa necessidade e não dá muita atenção ao que está sendo noticiado. Porém, se o tópico é relevante e a pessoa sabe pouco a seu respeito, existe uma necessidade maior de orientação. Sendo assim:

Quanto maior a necessidade por orientação, mais forte é o efeito do *agenda-setting*. O efeito do agendamento não diz respeito simplesmente à exposição. Porém, diferentes pessoas com o mesmo nível de exposição podem demonstrar efeitos muito diferentes, dependendo do seu nível de necessidade de orientação (REVISTA INTERCOM, 2008, p. 208).

Reforçando o estudo acima, Pena (2007, p. 142) coloca que “a teoria do agendamento defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas”. Sendo assim, é possível perceber que aquilo que é conversado pelas pessoas foi pautado pela mídia.

Segundo Colling (2001), Bregman concorda com as ideias de Traquina, acreditando que a função da agenda vem para superar a teoria dos efeitos limitados. O autor também cita Katz (1998), um dos principais representantes da teoria dos efeitos limitados, comentando que:

O modelo institucional, ao qual pertence o *agenda-setting*, sustenta que a mídia nos diz em que temos que pensar. No paradigma crítico, a mídia tem o poder de nos dizer em que não há o que pensar. No paradigma tecnológico, a mídia talvez tenha o poder de dizer como devemos pensar e a que grupo pertencer (KATZ *apud* COLLING, 2001, p. 91).

Porém, em 1972, segundo Pena (2007), a teoria do agendamento assume outra direção a partir dos estudos de McCombs e Shaw. O objetivo passa à análise da influência da mídia na formação e mudança de opiniões, como as pessoas recebem, codificam e formam seu conhecimento. O foco está em saber como as pessoas conversam, pois,

segundo os autores, as pessoas têm tendência a incluir ou excluir de suas conversas aquilo que a mídia inclui ou exclui no seu conteúdo.

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Em dois de junho de 1947 nascia o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Criado por meio do Decreto-Lei estadual nº 627, foi instituído pelo então governador do Estado, Moysés Lupion e substituiu o Conselho Administrativo do Estado.

Instalado na Rua Ermelino de Leão, 513, teve sua primeira composição formado por Corpo Deliberativo, composto por cinco juízes, Corpo Instrutivo – formado por Secretaria, Diretoria de Fiscalização da Execução do Orçamento e Diretoria Revisora de Contas – e uma Representação da Fazenda.

Seu primeiro regulamento, feito pelo Decreto-Lei nº 673, de nove de julho de 1947, definiu a estrutura e competência da Corte, definindo, entre outras atribuições, poderes para ordenar o sequestro de bens dos responsáveis ou seus fiadores e a prisão dos que procurassem fugir à responsabilidade.

Em 12 de agosto do mesmo ano, é aprovado o primeiro Regimento Interno da Casa, versando sobre a constituição e estabelecendo procedimentos de trabalho a serem adotados. Com 74 artigos, foi assinado por todos os juízes do Tribunal: Raul Vaz, Daniel Borges dos Reis, Brasil Pinheiro Machado, Raul Viana e Caio Graccho Machado Lima.

A eleição de seus primeiros dirigentes ocorreu em 14 de Julho de 1947. Levando Raul Vaz à presidência e Daniel Borges dos Reis à vice-presidência. Vem desta época as primeiras instruções essenciais para a fiel análise dos processos de tomada de contas perante a Fazenda Estadual e para a organização das atribuições do Tribunal de Contas.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Tribunal sofre algumas alterações. Seus juízes passam a ser denominados de ministros, sendo sete efetivos e mais sete ministros substitutos. Em 1968 é criada a Corregedoria e, um ano depois, é aprovado o segundo Regimento Interno, que vigorou até 2005.

Na década de 1970, com a Emenda Constitucional 01/69, a Corte passa a fiscalizar os municípios do Estado, e através do Provimento 01/70 são regulamentados os procedimentos para as prestações de contas municipais. Em 29 de Maio de 1971, a Constituição Estadual intitula os então ministros de conselheiros. Em 19 de Dezembro, o

Tribunal de Contas muda sua sede para ao lado do Palácio Iguaçu, no Centro Cívico de Curitiba.

Os anos 1980 foram de crescimento, treinamento e incremento das ações desenvolvidas, orientando os municípios e realizando treinamentos para técnicos das prefeituras e câmaras municipais. Nos anos 1990, com a Constituição de 1988, que institui o direito de denúncia, o TCE-PR passa a exercer seu papel social, incentivando a comunidade a participar ativamente do controle da administração pública. A partir de 1992, a Corte inicia o processo de informatização de seus setores. Em 1994, pela primeira vez é promovido concurso para procurador junto ao Tribunal de Contas. Nove procuradores recebem posse. Em 1995, todos os setores são integrados através da rede informática. Neste ano, recebe credenciamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para realizar auditoria em projetos e programas co-financiados pela entidade.

Os anos 2000 começam com mudanças trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 04 de maio de 2000, prevendo entre outras coisas, punições fiscais e penais. Em 2001, o TCE lança o Sistema de Informações Municipais, para o envio, através de via magnética das informações exigidas pela LRF. Começa a ser feito um levantamento de obras inacabadas no Paraná e é visto a necessidade de criar um Sistema de Informações Municipais de Prestação de Contas anuais e de Acompanhamento Mensal, este com submódulos de “Obras Públicas” e “Contabilidade”.

Em 2002, como estímulo à participação efetiva da sociedade na administração pública, a Corte institui o Programa de Controle Social, em que a população pode denunciar o mau uso do dinheiro público e exercer sua cidadania. Em 2005, junto com o Departamento de Imprensa Oficial, edita o jornal “Atos Oficiais” para dar mais transparência aos seus trabalhos. Semanalmente são publicados os atos do TCE-PR.

Em 2006 é aprovado o novo Regimento Interno, em que o Tribunal passa a julgar os processos através de duas câmaras, compostas por três conselheiros cada. É criada a Ouvidoria, que aproxima ainda mais o cidadão paranaense. Em 2007, a Corte é vista como uma das melhores cortes de contas do país.

O primeiro ano da gestão de Hermas Brandão como presidente (2009) é marcado com o lançamento do Programa TCE Digital, que elimina o trâmite de processos em papel da Corte. Na gestão de 2011, de Fernando Guimarães, é lançado o Programa Anual de Fiscalização Social, para fiscalização da qualidade do gasto público.

Ao completar 65 anos de criação, a transparência do TCE fica mais evidente com a promulgação da Lei de Acesso à Informação.

O TCE-PR é o órgão responsável pela fiscalização do uso do dinheiro público, do Estado e dos 399 municípios paranaenses, em complemento às atividades do Poder Legislativo. Seu objetivo é garantir que o dinheiro pago pela população, em forma de impostos, retorne à comunidade por meio de serviços de qualidade. Entre suas atribuições estão: controlar a despesa e receita do Estado e dos municípios, legalidade de contratação de pessoal, apreciar e julgar denúncias sobre irregularidades praticadas por administradores públicos.

O TCE é composto por: Tribunal Pleno – presidente, vice-presidente, corregedor-geral e quatro conselheiros; duas Câmaras; Auditoria; procuradores do Ministério Público; vinte e quatro diretorias e sete inspetorias.

Eleição

A eleição para o cargo de Conselheiro do TCE é feita pela Assembleia Legislativa, de forma secreta, por determinação constitucional. O anúncio para inscrições ao cargo é feito pelo presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em sessão plenária e publicada no Diário Oficial da Casa. A partir do início do processo de escolha, os líderes dos partidos e blocos parlamentares das Alep devem indicar, em até 48 horas, os membros da Comissão Especial que será constituída por cinco deputados. Esta comissão é responsável por homologar ou não os candidatos inscritos em até três dias após o encerramento das inscrições.

A eleição de 2013 foi realizada em 15 de julho e teve 45 candidatos concorrendo pelos votos dos 52 parlamentares aptos a votar. Segundo o Regimento Interno, deputados que têm interesses pessoais na votação são impedidos de participar. O cargo de conselheiro é vitalício e é necessário obter pelo menos 28 votos (metade mais um).

Para ser eleito, o candidato precisa ser brasileiro com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, ter idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública. Podem concorrer ao cargo, deputados, advogados, técnicos do TCE e professores.

O agendamento por meio da análise de conteúdos

Para Sousa (2004), a análise de conteúdos é o método científico que permite o pesquisador destacar questões associadas a vários temas, como representações, ou seja, é possível contabilizar notícias para verificar quem são os personagens mais frequentes, por exemplo. Nesta metodologia, é possível, segundo o autor, refletir sobre o que é fornecido ao leitor (expectador) dos conteúdos midiáticos. “(...) ou seja, analisar aquilo que é oferecido ao leitor, assumindo que aquilo que o leitor lê no jornal da sua escolha reflecte suas atitudes e valores em relação ao facto noticiado” (MELO *apud* SOUSA, 2004, p. 663).

O autor ainda complementa relatando que, mediante a vertente quantitativa, a análise de conteúdos auxilia na mensuração de textos e, com as conclusões expressas de maneira numérica, permitem a comprovação do projeto.

Nesta análise utilizou-se a ferramenta de dados quantitativos comparativos, observando a relação desta eleição do conselheiro com a eleição de 2008 que, apesar de também ter tido relevância na agenda midiática, a cobertura utilizada na época ressaltava apenas o fato de o novo conselheiro ser irmão do então governador, Roberto Requião.

Em 2013, pela primeira vez na história do TCE-PR, mais de 40 pessoas se inscreveram para fazer parte do cargo. Até então, geralmente apenas os deputados estaduais ou com forte influência política participavam do processo. Os indícios de que a eleição estava ganhando repercussão dentro da grande mídia está exposta no jornal Gazeta do Povo (pertencente ao GRPCOM), onde no editorial do dia 14/07/2013 apresentava a seguinte opinião:

A eleição que se aproxima, então, oferece uma oportunidade ímpar aos deputados estaduais: a de finalmente abandonar o corporativismo e escolher alguém que realmente possua o notório saber e a reputação ilibada, entre os candidatos disponíveis – o que não exclui a priori a escolha de um político, desde que seja feita pelos critérios de moralidade que se espera dos representantes do povo. Se a função de um conselheiro é eminentemente técnica e se ligações políticas podem ser deletérias quando se trata de fiscalizar o bom e honesto emprego do dinheiro público, é necessário que o novo conselheiro do TC seja alguém escolhido por critérios técnicos, e não por conveniência política. É um bem que se faz quando se trata de combater a corrupção, um dos motivos que levaram o povo as ruas (Gazeta do Povo, 14/07/2013).

O Paraná TV abordou o tema, através de reportagens especiais sobre a eleição do conselheiro. Nos telejornais observados pelos integrantes do grupo de pesquisa, o tema já estava em fase de posse do novo conselheiro eleito (deputado Fábio Camargo), mas observou-se através das mídias que a pauta nasceu nos veículos de comunicação.

As opiniões apresentadas na Gazeta do Povo continuavam na televisão, quando o telejornal apresentava reportagens especiais sobre o tema, algumas chegando a ultrapassar o tempo médio das notícias, chegando a mais de seis minutos de veiculação.

Como dito anteriormente, esse agendamento se deu, primeiramente por meio da RPCTV, a qual, a partir de reportagens especiais exibidas no mês de julho de 2013, conseguiu pautar o debate público. O agendamento é comprovado mediante os números de inscritos para o cargo de conselheiro, incluindo representantes da sociedade civil organizada (com especialidade nos assuntos ou não) e membros dos movimentos sociais.

Outra comparação com a eleição de Maurício Requião é o número de votos obtidos durante a votação. Enquanto Requião recebeu 43 votos, Fábio de Camargo (conselheiro eleito em julho de 2013) conquistou apenas 27 votos. Essa diminuição de aprovação do candidato pode ser explicada pelo maior debate público sobre o tema.

Manifestações públicas aconteceram na Praça Nossa Senhora da Salete, no Centro Cívico de Curitiba, para protestar contra a eleição⁶. Anterior à decisão final, manifestações marcaram a sabatina dos candidatos ao cargo⁷.

A eleição para o cargo de conselheiro do TCE-PR, nos últimos anos, apresentou algumas particularidades. Em julho de 2008, Maurício Requião, irmão do então governador do Estado, Roberto Requião, foi eleito conselheiro do TC pelos deputados do Paraná. Após discussões e muitas liminares, e diante da decisão do Superior Tribunal Federal, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, suspendeu a liminar que havia sido concedida e autorizou a eleição que foi realizada no dia 04 de julho de 2011.

Maurício Requião foi eleito com mais de 80% dos votos possíveis. Nove parlamentares paranaenses se abstiveram da votação e houve uma ausência. A votação foi aberta e bastante rápida. Os outros quatro candidatos da disputa (o procurador do Ministério Público, Gabriel Leger, o professor Jorge Antonio de Souza, o advogado Ricardo Bertotti e o advogado Rogério Iurk Ribeiro) não receberam nenhum voto⁸. Concorreram, então, neste pleito, apenas quatro candidatos.

Na eleição de 2013 ao cargo de desembargador do TC do Paraná, estavam habilitados 40 dos 45 candidatos inscritos que preencheram os requisitos necessários para

⁶ Mais informações em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/vc-reporter-contestado-fabio-camargo-e-eleito-conselheiro-do-tce-do-pr.af759e390d8ef310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>.

⁷ Mais informações em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/vc-reporter-contestado-fabio-camargo-e-eleito-conselheiro-do-tce-do-pr.af759e390d8ef310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>.

⁸ Mais informações em: <http://www.vigilantesdademocracia.com.br/carlossimoes/News6613content53087.shtml>.

concorrer à vaga: São eles: ser brasileiro; ter idade entre 35 e 65 anos; idoneidade moral e reputação ilibada; mais de 10 anos de exercício de atividade profissional e notório conhecimento nas áreas jurídicas, econômica, financeira, contábil ou de administração pública⁹.

Podemos assegurar, nessa comparação, devido a incidência de reportagens abordando a eleição ao cargo de conselheiro do TCE-PR em 2013, principalmente pela RPCTV e, depois, pela RICTV, a troca de agenda mídia.

Uma particularidade especial na eleição para o cargo de conselheiro do TCE-PR, em 2013, foi a forte colaboração da mídia em agendar o tema no debate público. Essa eleição, em especial, teve forte colaboração da mídia em agendar o tema no debate público. Confirmou-se, então, a tese defendida por Lippmann, citada por McCombs, sobre o agendamento:

(...) é uma teoria sobre a transferência da saliência das imagens da mídia sobre o mundo às imagens de nossas cabeças. A ideia teórica central é que os elementos proeminentes na imagem da mídia tornam-se proeminentes na imagem da audiência. Aqueles elementos enfatizados na agenda da mídia acabam tornando-se igualmente importantes para o público (McCOMBS, 2009, p. 111).

Notou-se, também, a falta de atenção do SBT Paraná na cobertura desse tema, já que a Rede Massa possui a maior cobertura no Estado do Paraná, com aproximadamente 200 retransmissoras e cobre 100% dos 399 municípios paranaenses gerando um impacto de milhões de pessoas. Qual o interesse (ou a falta dele) em não abordar o tema? É importante observar que o Band Cidade também não esteve presente – se comparado a outros dois noticiários (Paraná TV e RIC Notícias). É importante lembrar-se que a Band Curitiba pertence a um dos maiores grupos empresariais, o Grupo J. Malucelli, e que Joel Malucelli, proprietário do grupo, pode ser um dos candidatos a governador do Paraná nas próximas eleições.

Com relação à Rede Massa, atribui-se que o presidente do TCE-PR, Artagão de Mattos Leão Junior, tenha influência na Rede Massa e, por isso, não configurou-se nessa emissora de televisão a incidência do tema nos telejornais. Sendo assim, constata-se que essas duas emissoras de televisão não configuraram a troca de agenda das mídias, principalmente por interesses políticos.

⁹ Mais informações em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=1390959&tit=Protesto-contra-politicos-no-TC-reune-poucos-manifestantes>.

Considerações finais

A Teoria do Agendamento destaca em seu conteúdo, a troca de saliência entre temas criados pela mídia e agendados pelo debate público como a principal hipótese. No caso da eleição do TCE-PR, verificou-se, por meio da análise da saliência e da análise de conteúdos dos temas publicados, que a temática teve forte relevância já na apresentação da eleição. Por isso, o número de inscritos para a vaga subiu de quatro na eleição anterior para 45. A comprovação do público nessa participação de agendamento é verificada então, neste aumento significativo do número de inscritos.

Observado isso, destacamos que a mídia paranaense tem a capacidade de agendar alguns temas para a população, principalmente no que diz respeito a temas políticos e, sendo assim, pode ter relevância nas decisões políticas dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- COLLING, Leandro. *Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados*. **Revista Famecos**. n14. Abril, 2001.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LOPES, Felisbela. **O Telejornal e o serviço público**. Coimbra: Ed. Minerva, 1999.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: a vida pelo vídeo**. São Paulo: Moderna, 1988.
- MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PENA, Felipe. **Jornalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2005.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2007.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.
- REVISTA INTERCOM– **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.31, n.2, jul./dez. 2008.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e da Mídia**. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 2004.
- SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. **O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2008.